

JESUÍTAS REASSUMEM PARÓQUIA
EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES (RS)

■ PÁG.10

PRESIDENTE DA CPAL ESTIMULA
PACTO EDUCATIVO GLOBAL

■ PÁG.22

PRÉ-FÓRUM ANALISA MISSÃO
DA COMPANHIA NA AMAZÔNIA

■ PÁG. 23



INFORMATIVO DOS
JESUÍTAS DO BRASIL

EDIÇÃO 71
ANO 7
NOVEMBRO 2020

Emcompanhia

A FRÁGIL DEMOCRACIA BRASILEIRA

**A vulnerabilidade do sistema está principalmente
nas desigualdades sociais que privam
a maioria dos cidadãos de direitos básicos**

ESPECIAL PÁG. 11



Retiro do Advento & Natal

PREPARANDO O NATAL DO SENHOR

Elaborado pelo Pe. Luís Renato Carvalho de Oliveira, SJ, a *Mística da Encarnação* nos ajuda a vivenciar melhor o tempo do Advento e nos prepara para as festividades do Natal do Senhor.

Você é convidado a fazer uma experiência de oração pessoal na vida cotidiana, uma oração profunda, que ajuda a discernir a vontade de Deus, sua presença e sua ação na realidade, em meio à defesa da vida.



JESUÍTAS BRASIL

Acesse e faça o download gratuito
<https://bit.ly/3poVUm7>

Vem, Senhor Jesus!



SERVIR
REDE MARIANA
DE COLABORAÇÃO, FE E ESPIRITUALIDADE

 **MOSTEIRO DE ITAICI**
JESUITAS BRASIL

6

EDITORIAL

- Cidadania e Democracia
Dr. Luiz Felipe Lacerda

7

CALENDÁRIO LITÚRGICO

8

ENTREVISTA + PEREGRINOS EM MISSÃO

- Processo, experiência e serviço
Ir. Celso João Schneider, SJ

10

COMPANHIA DE JESUS SERVIÇO DA FÉ

- Jesuítas retornam à Paróquia de São Miguel Arcanjo após quase 30 anos

11

ESPECIAL

- Democracia e cidadania:
conquistas diárias





22

AMÉRICA LATINA + CPAL

- O nosso é tão, ou mais, importante quanto o meu
- Visita às comunidades do Rio Miriti
- Assembleia da Conferência Eclesial da Amazônia
- II Pré-Fórum Jesuíta Pan-Amazônico



EXPEDIENTE

EM COMPANHIA é uma publicação mensal dos Jesuítas do Brasil, produzida pelo Escritório de Comunicação BRA.

COMUNICAÇÃO BRA

contato@jesuitasbrasil.org.br
www.jesuitasbrasil.org.br

DIRETOR EDITORIAL

Pe. Anselmo Dias, SJ

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Silvia Lenzi (MTB: 16.021)

REDAÇÃO

Cristiane Garcia Azevedo
Maria Eugênia Silva
Silvia Lenzi

DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS

Érica Rodrigues
Luciana Mello

ESTAGIÁRIO

Wellerson Soares

COLABORADORES DA 71ª EDIÇÃO

Ana Ziccardi (Revisão)



Dr. Luiz Felipe Lacerda
Secretário Executivo – OLMA
Docente e coordenador da Cátedra
Laudato Si’ – UNICAP

Com a prerrogativa de que vivemos em uma República, afirmamos também, incondicionalmente, o desejo de organizar aquilo que é público pelo interesse da maioria. A democracia, por sua vez, configura-se como o sistema que pretende promover essa organização por meio de diferentes ferramentas participativas.

Infelizmente, o sistema democrático que vigora é o de uma democracia representativa dentro de uma sociedade marcadamente desigual e preconceituosa, resultando, muitas vezes, em graves distorções. Uma dessas distorções está na discrepância e na contradição entre os que representam e aqueles que são representados. A população brasileira, por exemplo, apesar de ser composta, em sua grande maioria, por pessoas negras e mulheres, percebe uma mínima representação dessas populações nos cenários legislativos e executivos.

Outra distorção encontra-se na redução do espírito democrático ao simples fato de votar. Por maus hábitos na gestão pública, significativa parcela da população alia democracia com politicagem ou má política e acaba por ter ojeriza de tudo aquilo que vem a ser socialmente participativo.

CIDADANIA E DEMOCRACIA

É também irreal criar uma expectativa de ampla participação civil na vida política da sociedade quando grande parte dos cidadãos luta para garantir o pão de cada dia.

Efetivamente, ao percebermos quase um quarto da população sem perspectiva de trabalho estável, metade sem saneamento básico e, aproximadamente, 11 milhões de analfabetos, nos defrontamos com as consequências mais desumanas dessas distorções sistêmicas e com a fatídica percepção de que aquilo que é público não tem sido governado em vista aos interesses e necessidades da maioria.

É frente a esse cenário que somos interpelados para refundar a cidadania e repensar a participação social de maneira que perpassasse a representatividade e o voto, mas, em hipótese alguma, restrinja-se a eles. Sob a luz da Encíclica *Laudato Si'*, somos convocados à cidadania integral. Essa cidadania evoca uma leitura historicamente crítica da realidade social que se apresenta à nossa frente e exige de nós uma labuta cotidiana para a construção de relações mais justas entre os seres humanos e destes com o planeta Terra, afinal, tudo está interligado.

É por isso que a Província dos Jesuítas dos Brasil, em suas diferentes frentes apostólicas, entre elas, a Rede de Promoção da Justiça Socioambiental, com o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendonça de Almeida (OLMA), e todos os centros sociais, institutos, núcleos, serviços e programas que o compõem, no campo e na cidade, lutam pela justiça socioambiental.

Esse empenho nos leva a alargar o conceito de cidadania, acreditando que cada um e cada uma pode ser também um agente de transformação crítica em direção a uma sociedade mais justa. Por sua vez, transformar nossas ações no mundo em ações de cidadania requer exigirmos a radicalização da democracia em todos os espaços em que circulamos: na escola, no trabalho, na família, na comunidade, por exemplo. A nossa prática democrática precisa passar por um processo de libertação. A prática democrática deve ser libertada da estreita amarra do simples hábito de votar ou da esterilidade de certas militâncias virtuais que se resumem a curtidas e compartilhamentos.

É por esse motivo que estamos presentes nos conselhos nacionais, estaduais e municipais de políticas públicas; é por isso que nos empenhamos pela educação popular; é por isso que participamos das frentes parlamentares em defesa dos direitos humanos e dos direitos da natureza; é por isso que a Rede de Promoção de Justiça Socioambiental, em todas as regiões do país, caminha ao lado dos movimentos sociais, das populações tradicionais e dos descartados e vulnerabilizados em sua dignidade.

É tempo de defender a democracia, para muito além da cabine de votação, é tempo de construirmos uma sociedade justa e sustentável, é tempo de assumirmos a cidadania como nossa condição intransferível de sermos e estarmos no mundo. Nesta edição do *Em Companhia*, você encontrará reflexões que nos ajudam a trilhar esse tempo. ■

CALENDÁRIO LITÚRGICO PRÓPRIO DA COMPANHIA DE JESUS

DEZEMBRO

DIA 1º



São Edmundo Campion, São Roberto Southwell e Companheiros Mártires no Reino Unido



DIA 3

São Francisco Xavier

DIA 8

Imaculada Conceição



DIA 12

Nossa Senhora de Guadalupe (Padroeira da América Latina)

DIA 25

Natal





Ir. Celso João Schneider, SJ

► **Conte-nos um pouco sobre a sua história.**

Sou natural de Cerro Largo, no Rio Grande do Sul. Sou o mais novo da família. Tenho uma irmã que é religiosa franciscana em Anapu (PA) e um irmão, casado, aposentado, que mora em Blumenau (SC). Em função de uma queimadura que sofreu no pé esquerdo aos 18 meses de idade, minha vida mudou de rumo. Deus não me puxou pela coxa (Israel), mas pelo pé. Aos nove anos, minha vida mudou ao fazer várias cirurgias reparadoras. .

► **Como conheceu a Companhia de Jesus? Por que decidiu ser jesuíta?**

Conheci a Companhia de Jesus por meio de contatos com a Revista Notícias aos Nossos Amigos e do meu irmão, que foi seminarista. Na verdade, o que mais me impactou foi um jesuíta que era o capelão do hospital onde fiz minhas cirurgias. Não tive uma queda de cavalo, estilo São Paulo. Foi um processo que se desenrolou naturalmente

► **Como se deu a escolha pela vocação de Irmão? Quais foram as experiências mais marcantes vivenciadas durante sua formação como jesuíta?**

Para mim, a definição de Evangelho não é um conhecimento que se transmite para

PROCESSO, EXPERIÊNCIA E SERVIÇO

Ir. Celso João Schneider define o Reino de Deus como sua meta e mantém, em seu horizonte, o valor do serviço simples. Filho caçula, o jesuíta viu sua infância ser marcada por um grave ferimento e, ainda nessa fase da vida, vivenciou a superação. Pós-graduado em Teoria e Prática Educativa e em Gestão Educacional, Ir. Celso dedicou anos de trabalho ao apostolado educativo. Em entrevista para a 71ª edição do informativo *Em Companhia*, o irmão conta um pouco de sua trajetória na vida religiosa e fala sobre sua atual missão em São Miguel das Missões (RS)

alguém que não sabe, mas uma experiência existencial que se começa a viver a cada dia de novo. Defino assim minha vida vocacional, sobretudo, considerando a fase conciliar que muito influenciou minha formação. Foram anos de passos no escuro; tempos de incertezas e da cristandade triunfalista se despedindo da história.

Nos tempos de seminário/noviciado e, depois, como irmão, fui alfaiate por sete anos. Além de cortar o pano, aprendi muito nesse ofício, em termos de vida e de profissão, com meus colegas jesuítas. O valor do serviço simples estava no meu horizonte, mas jamais desacreditando de mudanças de maior valorização da atividade dos jesuítas irmãos. Mesmo como alfaiate, nunca descuidei dos estudos e das muitas leituras.

► **O senhor trabalhou por muitos anos no apostolado educativo Como foi esse tempo com os jovens e adolescentes nos colégios da Companhia?**

Logo após o noviciado, iniciei o meu magistério como professor de Matemática, mas ainda sendo alfaiate. Fui aprimorando a minha formação em vista de um melhor ser-



PARA MIM, A DEFINIÇÃO DE EVANGELHO NÃO É UM CONHECIMENTO QUE SE TRANSMITE PARA ALGUÉM QUE NÃO SABE, MAS UMA EXPERIÊNCIA EXISTENCIAL QUE SE COMEÇA A VIVER A CADA DIA DE NOVO.

viço aos demais. Cursei Pedagogia/Administração Escolar na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e fiz minha pós-graduação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em Teoria e Prática Educativa. Depois cursei Gestão Educacional pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mas os títulos são detalhes.

Por 13 anos, desempenhei minhas funções de diretor do Colégio Agrícola de Itapiranga (SC), no entanto a atuação que mais me marcou foi no Colégio Anchieta, em Porto Alegre (RS). Fui orientador religioso da Educação Infantil, também diretor acadêmico por 14 anos, diretor-geral por dois anos e foram mais de 30 anos colaborando e coordenando o Show Musical Anchieta. Tudo isso eu resumo assim: ter como meta o Reino de Deus, servindo aos demais. Sempre me guiei tendo como base que: para influenciar as pessoas, não é necessário estar acima delas, mas no meio delas. Contemplativo na ação...

► **Os jesuítas retornam a São Miguel das Missões (RS) depois de 30 anos de ausência. Muita coisa mudou de lá para cá. Qual proposta de projeto pastoral os jesuítas levam para o povo desse lugar? Como foi a acolhida da cidade nesse retorno?**

Pe. Dionísio Korbés e eu estamos chegando... Estamos auscultando a vida do povo, sobretudo, o do interior. Há poucos com muito e muitos com pouco. Não sou pastoralista e não tenho experiência no ramo; procuro colaborar, apesar dos meus limites físicos. A bem da verdade – como minha origem é missionária –, faz mais de 15 anos que lidava com os indígenas Mbyá Guarani aqui da região. Além disso, participo ativamente em projetos diversos nas Missões: Associação dos Amigos da Trilha dos Santos Mártires (é o carro chefe da revitalização e espiritualidade inaciana aqui na região). Além disso, pretendo circular pelos 26 municípios, divulgando a espiritualidade inaciana e a história jesuíta nas escolas. Mas, se posso dizer que tenho um lema, seria este: À sombra da pandemia, lançando um olhar para além das ruínas.

Também é de se ressaltar a participação do Show Musical Anchieta em diversos eventos culturais e religiosos nessa terra jesuítica. Tudo influenciou no nosso retorno para cá.

A acolhida do povo foi carinhosa, mas também cautelosa. Tudo está sendo superado aos poucos. Vale o velho adágio: Estar no meio do povo e escutar as suas preocupações.

► **Qual o seu papel no trabalho pastoral a ser desenvolvido na missão recebida? Quais as orientações que o Provincial repassou para a equipe?**

Meu papel principal aqui é atender às demandas regionais (conforme o Pe. Provincial pediu) e, na medida do possível, colaborar nos serviços paroquiais em geral. Como agora a pandemia nos distancia, é preciso ter paciência e ajudar onde é necessário. No momento, acompanho o Pe. Dionísio Korbés nas jornadas ao interior. Ao todo, são 22 locais de celebração. É uma região de belas terras agricultáveis, com seus problemas típicos... Não se deve colocar todos os ovos numa cesta só. É caminhando que se faz o caminho, ou, como dizia o missionário Pe. Montoya: aprendi mais religião (espiritualidade) no convívio com os guarani do que nos meus estudos na Companhia.

“É preciso sentir o cheiro das ovelhas”
(Papa Francisco). ■

JESUÍTAS RETORNAM À PARÓQUIA DE SÃO MIGUEL ARCANJO APÓS QUASE 30 ANOS

Após quase 30 anos, a Paróquia São Miguel Arcanjo, de São Miguel das Missões (RS), acolheu, novamente, a Companhia de Jesus. Em celebração na Igreja Matriz, no dia 24 de outubro, Dom Liro Veldelino Meurer empossou como pároco o Pe. Dionísio Körbes, que será auxiliado pelo Ir. Celso Scheneider.

Na cerimônia, que obedeceu às recomendações de segurança contra o novo coronavírus, estiveram presentes o Provincial dos Jesuítas do Brasil, padre Mieczyslaw Smyda; o diretor do Colégio Anchieta, Pe. Jorge Álvaro Knapp; o coordenador do Fé e Alegria, Ir. Napoleão Nunes de Oliveira; o coordenador de Juventudes e Vocações e professor do Colégio Anchieta (Porto Alegre/RS), Esc. Antônio Anderson Rabêlo Costa; e o diretor do Centro de Espiritualidade Cristo Rei (Cecrei), Ir. Celso Flach.

Diante de toda a igreja, o novo pároco fez juramento de liderar com diligência e desempenhar com obediência aos preceitos católicos a nova missão que lhe foi dada. “Diante da missão que me foi concedida pela Igreja Católica, guardarei integralmente o depósito da fé. Que os Santos Evangelhos me protejam e me cubram nessa nova missão”, disse padre Dionísio Körbes.

O jesuíta ressaltou a união que caracteriza o trabalho da Companhia de Jesus para a realização da obra na Diocese de Santo Ângelo. “Quando o Provincial envia alguém em missão, é toda a Companhia de Jesus que assume essa missão. A Província da Com-

panhia no Brasil, ao aceitar a nova missão na Paróquia de São Miguel das Missões, deseja ser uma presença do amor de Deus junto ao povo da Diocese de Santo Ângelo e contribuir para que o ardor do espírito missionário seja reavivado e jamais esquecido”, disse Pe. Dionísio.

O Provincial, padre Smyda, celebrou a acolhida novamente na Paróquia de São Miguel e ressaltou que o exemplo dos primeiros jesuítas pode ajudar a trilhar o caminho da união em prol do projeto de Deus para os fiéis.

“Somos chamados a servir. Aqui chegaram dois [padre Dionísio Körbes e Ir. Celso Schneider] para começar e acredito que não vamos demorar para enviar mais. Nós, jesuítas, estaremos aqui para colaborar, nos fazermos presentes e, se pudermos, ensinar o caminho para Deus por meio do conhecimento da palavra e da oração. Que o exemplo dos primeiros jesuítas possa nos inspirar a trazer a paz e a união. Vimos aqui para unir”, disse o Provincial.

A esperança de união parece seguir o caminho do sucesso: o novo pároco afirmou que, para olhar para o futuro, é necessário estar atento ao processo de escuta no presente. A realização de um projeto pastoral passa pela compreensão dos anseios do povo da região. Padre Dionísio ressaltou também o potencial estratégico da paróquia nas vidas de muitos fiéis.



“Em primeiro lugar, estamos na paróquia para conhecer o povo e a realidade nova da região. É fundamental que, em um primeiro momento, coloquemos nossos ouvidos para uma grande escuta dos anseios do povo da região. Queremos ser presença acolhedora e misericordiosa junto às famílias e comunidades que foram marcadas fortemente pelos jesuítas que por aqui passaram. Há, portanto, uma imagem a ser recuperada. É claro que precisamos elaborar um projeto que responda às necessidades do povo, porém é preciso também caminhar em sintonia com o projeto pastoral da Diocese, que, no próximo ano, começa a ser elaborado. É uma paróquia que, no futuro, poderá receber estudantes jesuítas, noviços e candidatos à Companhia a fim de desenvolverem seus experimentos. Por isso, é uma Paróquia estratégica e acredito que poderá ajudar muitos jesuítas a manter o fogo aceso de sua vocação, bem como contribuir na Igreja local da região”, disse Körbes. ■

Fonte: Pastoral da Comunicação da Diocese de Santo Ângelo

DEMOCRACIA E CIDADANIA: CONQUISTAS DIÁRIAS

O Brasil completou 35 anos de democracia este ano. Os avanços conquistados nesse período são notórios: o processo eleitoral é confiável, as liberdades de expressão e de manifestação aumentaram, a economia hoje é mais estável do que no passado e o índice que mede a extrema pobreza, mesmo que não satisfatório, recuou para 3,3% da população. Apesar disso, ainda existem lacunas, sobretudo, no que diz respeito ao Estado democrático de direito, muitas vezes, acometido por escândalos de corrupção, pela ausência de direitos humanos essenciais, pela violência, pela desigualdade social e pelo descaso das elites políticas e econômicas.

Em nosso país, a luta pela verdadeira democracia vem ocorrendo de forma lenta e gradual e alguns passos dessa caminhada são muito recentes e incompletos, visto que ainda estamos longe da igualdade de direitos e, principalmente, distantes da igualdade racial, de gênero e de oportunidades para todas as pessoas.

Seguramente, a superação desses problemas e a construção de uma cidade, de um país melhor, com políticas públicas de qualidade, estão relacionadas à capacidade da sociedade de exigir melhorias.

Há muito tempo, a participação política não se resume simplesmente ao direito de votar e de ser votado, ela pode, e deve, ir além, com uma série de iniciativas que influenciam as decisões públicas federais, estaduais e municipais.

Não há como compreendermos o conceito de cidadania sem considerarmos seus vários aspectos e a relacionarmos com os direitos humanos essenciais, com a democracia e com a ética. Ser cidadão é ter consciência de que somos sujeitos de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à moradia, à igualdade, enfim, direitos civis, políticos, humanos e sociais. Contudo, a cidadania também pressupõe deveres. Em outras palavras, os indivíduos têm de ser conscientes de suas responsabilidades como parte integrante da sociedade e, para que alcancemos o bem comum, todos precisam dar sua contribuição.

Frente a esse cenário, a 71ª edição do *Em Companhia* propõe uma reflexão sobre democracia, representatividade, participação popular, luta contra o racismo, relações entre religião e política e religião e cidadania, para que, juntos, possamos, de fato, fazer a diferença na construção de uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária.



SANEAMENTO BÁSICO: UMA QUESTÃO DE DEMOCRACIA

36 MILHÕES
sem acesso
à água tratada

101 MILHÕES
não contam
com serviço
de coleta de
esgoto

A falta de acesso ao saneamento básico ainda é muito preocupante no Brasil e não condiz com sua importância no cenário mundial. O país é o quinto maior em extensão territorial, com uma população de cerca de 209 milhões de habitantes. Apesar disso, em pleno século XXI, algumas mazelas sociais e ambientais têm feito com que parte de seus cidadãos ainda viva em condições precárias, sem acesso a direitos humanos essenciais e universais, indispensáveis à vida com dignidade. Situação que, como veremos a seguir, expõe, a cada dia, a fragilidade da jovem democracia brasileira.

O ano de 2007 foi um marco importante na política de saneamento básico, visto que foi sancionada a Lei n. 11.445, resultado de um esforço histórico da sociedade civil, que buscava inovar o setor desde o período da redemocratização brasileira. Regulamentada em 2010, a lei subscreveu o saneamento básico como direito social e estabeleceu uma legislação moderna. Entre outros pontos, além de abrir portas para a atuação da iniciativa privada, a legislação definiu que cada município brasileiro deveria criar um planejamento básico, prevendo investimentos e financiamento de projetos, principalmente, em áreas ocupadas por populações de baixa renda, e instituiu o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). O plano estabeleceu metas e diretrizes para universalizar os serviços de distribuição de água tratada e de coleta e tratamento de esgoto no país.

A nova lei também elevou os investimentos para um patamar superior, consubstanciado no PAC 1 (40 bilhões + 10,4 bilhões de reais) e PAC 2 (45,8 bilhões + 4 bilhões de reais), nos governos Lula e Dilma Rousseff. No entanto, em virtude do grande déficit do setor e de decisões políticas e econômicas desfavoráveis, esses investimentos têm se mostrado insuficientes para alcançar a almejada universalização.

Traduzindo em números, no Brasil, são mais de 36 milhões de pessoas sem acesso à água tratada (17% da população), 101 milhões (48%) não contam com serviço de coleta de esgoto e apenas 41% dos esgotos são tratados. Grande parte do esgoto vai, diretamente, para os rios e para o mar. Esse cenário reflete a realidade de um país sem estrutura para saneamento básico, fadado a continuar, pelos próximos anos, com problemas de saúde pública com alta incidência de doenças como

hepatite A, febre amarela, verminoses, entre outras, decorrente desse cenário.

Quando consideramos o nível de perda na distribuição de água, o percentual, registrado em 2018, foi ainda mais alarmante, visto que mais de 38% da água tratada não chegou ao consumidor final porque foi perdida ao longo do sistema de distribuição, depreciado e sem manutenção adequada. Os dados são do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

É importante ressaltar que, no Brasil, o saneamento básico é um direito de todos, assegurado, direta ou indiretamente, pela Constituição Federal, pelos tratados internacionais e definido pela legislação nacional como o conjunto dos serviços de distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos.

Sem direito à água e ao saneamento básico, muitos outros direitos huma-

nos, inclusive o direito à vida, não podem ser garantidos. Água e saneamento precisam ser abundantes, acessíveis e disponíveis de modo contínuo e com qualidade. Quando essas condições sociais existem, toda a sociedade se beneficia. Os serviços de água tratada, a coleta e o tratamento dos esgotos levam à melhoria da qualidade de vida das pessoas, sobretudo, na saúde infantil, na redução da mortalidade, na educação, na renda do trabalhador, na valorização dos imóveis, na despoluição dos rios e na preservação dos recursos hídricos e da Casa Comum etc.

Os professores José Irivaldo Alves e Belinda Cunha, autores do ensaio *Água, democracia e a construção da cidadania*, conhecem bem o cenário brasileiro e são críticos sobre os impactos que a falta de saneamento pode provocar na saúde, na economia e na educação de um país:

“Um saneamento ineficaz deixa as pessoas mais suscetíveis, atinge sua capacidade de trabalho e de certa forma interfere no processo de ensino aprendizagem, ou seja, na educação. É um ‘feito dominó’ na sociedade”

Para o cientista social e ativista pela defesa dos direitos humanos, com foco na luta pelo direito humano à água e ao saneamento básico, padre Sandoval Rocha, SJ, “todo esse cenário indica que não basta inscrever a cidadania nas leis, garantindo formalmente as condições necessárias para o desenvolvimento humano. É necessário que os direitos de cidadania sejam cada vez mais ampliados e efetivados, exigindo uma forte mobilização da sociedade para que o Estado cumpra com a sua obrigação. Embora as políticas neoliberais do atual governo não favoreçam a cidadania, priorizando os lucros das grandes empresas e dos bancos, é necessário um envolvimento político mais intenso por parte da sociedade, se quisermos evoluir para um estágio mais democrático e civilizatório”, avalia.

A falta de acesso à água e ao saneamento básico é resultado de injustiças sociais e desigualdades estruturais que evidenciam a fragilidade da democracia brasileira, é o que explicam José Irivaldo e Belinda Cunha. “Não podemos falar em democracia sem acesso universal ao bem mais básico que o ser humano e toda forma de vida pode ter, a água. Sem acesso à água e à saúde, a vida do ser humano está em risco. Por conseguinte, a dignidade humana não é concretizada. Uma nação verdadeiramente democrática deve ser fundamentada no estabelecimento da premissa de que o desenvolvimento só ocorrerá quando o acesso aos serviços e bens mais básicos estiver verdadeiramente concretizado. Há liberdade para aquele(a) que está oprimido sem água de qualidade? Posso falar em cidadania em um contexto de restrição ao acesso à água? Pensamos que aperfeiçoar a democracia e a cidadania passa, inevitavelmente, pelo acesso à água de qualidade”, defendem.

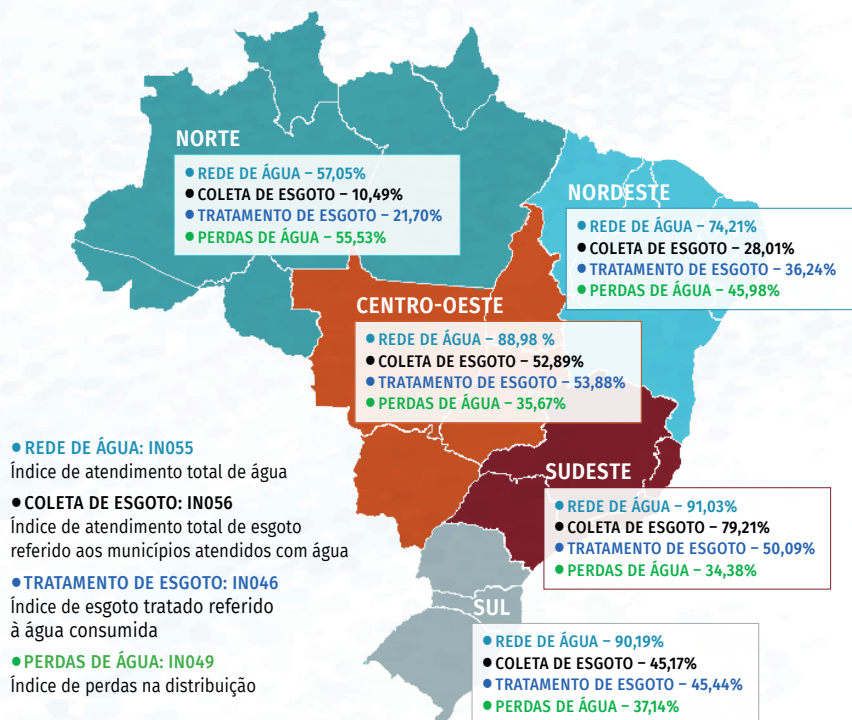
O DESAFIO É GRANDE EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

Apesar de o Norte e o Nordeste registrarem os piores índices do País, todas as regiões estão distantes do ideal.

INVESTIMENTOS NO SETOR

As perdas no sistema são condizentes com os níveis de investimento no setor. Em 2017, foram investidos 10,9 bilhões de reais em saneamento, o que representa 0,17% do Produto Interno Bruto (PIB). Em outros setores, como energia elétrica e telecomunicações (que já são universalizados), foram investidos, no mesmo ano, 25,4 bilhões e 23,6 bilhões de reais, respectivamente, representando 0,54% e 0,36% do PIB. Os indicadores dão a dimensão inicial do problema e nos fazem pensar que a universalização é uma tarefa cada vez mais urgente.

Se forem mantidos os ritmos atuais de investimentos e avanço nos índices de atendimento e as condições observadas nos últimos anos, a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil ocorreria somente em 2055, segundo aponta a consultoria KPMG, autora do estudo *Quanto custa universalizar o saneamento no Brasil?*. O estudo estima ainda que são necessários 753 bilhões de reais em recursos públicos e privados para que o país consiga atingir as metas de índice de atendimento para a universalização dos serviços de saneamento em todo o território nacional até 2033.



Com informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS 2018

ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS

Você sabia que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a escassez de água afeta mais de 40% da população mundial? Para permitir que todas as pessoas tenham acesso à água potável, a Agenda 2030 prevê, como meta, uma gestão mais responsável dos recursos hídricos, incluindo a implementação de saneamento básico em todas as regiões vulneráveis e a proteção dos ecossistemas relacionados à água, como rios e florestas.

Para mais informações sobre a Agenda 2030, acesse <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.


PRIVATIZAÇÕES A CAMINHO

Em 15 de julho de 2020, o presidente da República Jair Bolsonaro sancionou a Lei n. 14.026, que estabeleceu o novo marco do saneamento básico no país, editado sob o pretexto de tornar mais eficiente a prestação dos serviços no setor e efetivar a sua almejada universalização até o ano de 2033.

Enquanto o setor privado comemorou a aprovação da lei que abriu caminho para a privatização do setor, parlamentares e entidades da sociedade civil, com base em experiências nacionais e internacionais, fizeram duras críticas ao novo marco e alertaram que ele poderá trazer consequências diretas, principalmente, para a população mais pobre, além de não resultar na prometida ampliação do acesso ao saneamento básico.

A tendência é que as empresas privadas de saneamento invistam em territórios com mais capacidade de retorno econômico-financeiro, fugindo totalmente do aspecto social intrínseco ao direito humano.

Enquanto iniciativas para privatizar sistemas de saneamento avançam no Brasil, um estudo do Instituto Transnacional da Holanda (TNI) indicou que esforços para fazer exatamente o inverso - devolver a gestão do tratamento e fornecimento de água às mãos públicas - continua a ser uma tendência global.

O mapeamento revelou que, dos anos 2000 a 2019, 312 cidades em 36 países reestatizaram ou remunicipa-

lizaram seu serviço de tratamento de água e esgoto. Entre elas, Paris (França), Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina) e La Paz (Bolívia). A reversão vem sendo impulsionada por uma série de problemas recorrentes, entre eles, serviços inflacionados, ineficientes e com investimentos insuficientes.

Em Manaus, capital do Amazonas, os serviços de água e esgoto foram privatizados em 2000. Duas décadas depois, apenas 12,5% do esgoto é coletado, ou seja, o restante é despejado em rios, córregos e igarapés, e cerca de 600 mil pessoas — o equivalente a 27% da população — não têm acesso à água. É bom lembrar que Manaus está situada no encontro das águas, entre os rios Amazonas e Negro, os dois maiores afluentes da Amazônia brasileira e, mesmo assim, seus moradores ainda padecem com a escassez de água. No ranking de 2018 do Trata Brasil para o

saneamento básico, a cidade aparece como a 5ª pior colocada no país.

Levando em consideração algumas experiências de concessão privada, Pe. Sandoval Rocha acredita que “a privatização vai consolidar a visão da água como uma mercadoria, que é vendida para produzir lucros para as grandes empresas. Dentro de uma perspectiva amazônica, por exemplo, isso é uma aberração, pois a água remete a uma dimensão mais profunda, rebatendo em concepções culturais e na manutenção da própria vida. Nesse sentido, a água-mercadoria representa uma concepção eticamente insustentável, pois a vida não pode ser comprada ou vendida. A vida é um dom divino, com o qual fomos presenteados, e somos chamados a valorizá-la e protegê-la. A água, assim como a vida, deve ser garantida e protegida pela sociedade e a sua mais forte instituição, o Estado”.





O jesuíta reforçou ainda que “pela experiência de Manaus, podemos dizer que a gestão privada vai tornar o acesso à água potável ainda mais difícil para os mais pobres, uma vez que eles não possuem renda suficiente para pagar as elevadas tarifas cobradas pelas empresas. Se quisermos universalizar o abastecimento de água, a privatização não é o caminho adequado. É preciso diversificar os modelos de gestão, levando em conta as diferentes realidades e criando uma integração entre eles”.

Quando questionados sobre o que pode estar por trás do interesse das privatizações no setor, José Irivaldo e Belinda Cunha foram enfáticos: “a avidez por mais ganhos financeiros, uma vez que ninguém vive sem água, é um item essencial. A produção de água é uma dádiva, é um serviço ecossistêmico extremamente barato para esses conglomerados que captam e fornecem a água tratada para a população. O ciclo hidrológico, por meio dos elementos da natureza, produz a água, quem paga por esse serviço ecossistêmico? Não estamos aqui defendendo que não deva haver regulação no acesso à água, mas que possamos praticar uma justiça hídrica efetiva pautada em princípios ecológicos”.

UNIVERSALIZAR EXIGE O ESFORÇO DE TODOS

Todos podem ajudar a mudar a triste realidade enfrentada pelos brasileiros, principalmente, os prefeitos. Segundo a Lei do Saneamento, todas as cidades devem ter um plano municipal sobre os serviços de água, esgotos, lixo e drenagem das águas de chuva construído com a participação da população.

De acordo com os professores José Irivaldo e Belinda Cunha, a precariedade do saneamento básico tem um pouco da responsabilidade da população. Eles dizem isso porque a população, em regra, pensa que a democracia e a cidadania se resumem ao voto. Entretanto, isso é uma ideia enganosa, replicada, principalmente, em períodos eleitorais. “O exercício da cidadania vai além do exercício do voto. Passa pela cobrança dos gestores públicos, por exemplo, em face dos serviços que compõem o saneamento. Houve, ao que parece, uma negligência que se retroalimentou da incapacidade do eleitor em perceber que o saneamento faz parte daquele conjunto de serviços estruturantes da sociedade, bem como da estratégia de ‘políticos profissionais’ em investir nas ações superficiais, mais visíveis aos olhos do eleitor, porém não tão impactantes

para a qualidade de vida das comunidades. Muitas vezes, o saneamento, notadamente, a coleta e tratamento de esgoto, é invisível e passa despercebido pela sociedade em um curto prazo de tempo. Nesses casos, ações meramente estéticas nas cidades se sobrepõem às ações mais estruturantes e com efeitos de longo prazo”, explicam.

A coletividade que o saneamento traz é um instrumento importante de cidadania, pois aproxima as pessoas de uma boa qualidade de vida. Nossa realidade transforma o Brasil em um país pobre e preocupante em termos de indicadores. Não adianta gerarmos riqueza, termos um Produto Interno Bruto (PIB) consideravelmente alto enquanto brasileiros ainda vivem precariamente em suas cidades. Saneamento básico é saúde, é prevenção e é fundamental à dignidade da pessoa humana.

NA CONDIÇÃO DE CIDADÃO, CONFIRA CINCO DICAS DE COMO VOCÊ PODE SE ORGANIZAR PARA EXIGIR SEUS DIREITOS:



1 | Reunir e conversar

Fale com os moradores, vizinhos e escolas sobre os problemas de saneamento do local. Faça uma reunião com as pessoas interessadas e proponham solução.

2 | Identificar o tamanho do problema

Identifique quantas famílias no seu bairro, comunidade ou distrito estão sem abastecimento de água ou coleta de esgoto, lixo e com problemas de enchentes.



3 | Pensar em soluções

Refleta sobre o que fazer para resolver a falta de água ou a coleta do lixo. Pense para quais ações o próprio grupo pode apresentar soluções e em quais ações vocês precisam de ajuda.

4 | Definir representantes

Escolham quem do grupo pode falar com os outros moradores sobre o que levantaram e como cada um pode contribuir na conscientização dos demais.



5 | Engajar a comunidade

Divulguem para todos os moradores: saneamento básico é um direito garantido por lei! Que tal uma apresentação ou exposição na comunidade?

Fonte: Trata Brasil

SEM PRECONCEITO E NA DEFESA DAS MINORIAS



A inclusão e garantias de igualdade fortalecem as relações sociais e garantem a realização da democracia.

A cena de um policial branco ajoelhado no pescoço de um homem negro, que suplica, inúmeras vezes, que não consegue respirar, correu o mundo em 25 de maio de 2020. Resultando na morte de George Floyd, em Minnesota (Estados Unidos), o ato cruel reacendeu com força total o movimento **# Black Lives Matter** não só em terras norte-americanas, mas também no Brasil.

Vidas Negras Importam, nome do movimento em português, tem dado maior visibilidade à violência institucionalizada contra as populações negras, principalmente, nas periferias das cidades brasileiras, uma das faces da desigualdade racial no País. Porém, essa triste realidade não é recente e, se não nos engajarmos em combatê-la, provavelmente, estará longe de terminar!

Dados do Atlas da Violência 2020, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostram que, em 2018, do total de vítimas de homicídio, 75,7% eram negros (soma dos pretos e pardos, conforme classificação do IBGE), com uma taxa de 37,8 homicídios por 100 mil habitantes. Essa mesma taxa entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) cai para 13,9. Em outras palavras, 2,7 negros foram mortos, no Brasil, em 2018, para cada indivíduo não negro assassinado.

A reflexão sobre essa triste realidade é urgente, pois, somente assim, avançaremos na construção de uma sociedade realmente democrática.

Para nos ajudar a refletir, a revista *Em Companhia* entrevistou duas mulheres que têm exercido importante papel no combate ao preconceito racial e na defesa dos direitos das minorias do nosso País, as professoras **Valdenice José Raimundo e Vilma Reis!**

Acesse o link

<https://bit.ly/32ZtRzP> ou o QR code e conheça a história de vida de Valdenice e Vilma.



Valdenice José Raimundo

Em 2018, 58 mil brasileiros foram assassinados, desse total, 75,7% eram negros [dados do Atlas da Violência 2020]. Cerca de 63,7% da população carcerária brasileira é formada por negros [dados de 2017 do Departamento Penitenciário Nacional]. Qual é o caminho para reverter esse quadro?

» **Valdenice Raimundo:** A sociedade precisa assumir o racismo e construir mecanismos eficazes para erradicá-lo. Enquanto a sociedade negar a existência do racismo, mesmo continu-

ando a praticá-lo e a culpar os jovens negros e suas mães (sempre fazem referência às mulheres-mães), sua manutenção e as perversidades a ele inerente continuarão a assombrar 54% da população brasileira.

» **Vilma Reis:** Eu escrevi meu trabalho de graduação e minha dissertação de mestrado sobre a matança da população negra no Brasil. Sou uma pesquisadora desse campo de conhecimento. Com o alto contingente de negros mortos e encarcerados, precisamos responder com medidas contundentes, com respostas

muito fortes, posicionadas e absolutamente sem medo. Nós precisamos tratar o racismo institucional brasileiro como uma séria questão de Estado, ela não é uma agenda apenas da população negra. O Estado brasileiro e a sua democracia seguem ameaçados se não cuidarmos da questão do racismo institucional no Brasil, que ceifa a vida de milhares de pessoas.

Como chamar a atenção da sociedade para essa violência estrutural contra a população negra e para a necessidade de mudanças sociais urgentes?

» **Valdenice Raimundo:** Entendo que a formação, por meio da implementação da Lei n. 10.639/03 [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que determina o ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares] é um caminho que, efetivamente, contribuiria para informar as pessoas brancas que o racismo é um desvalor e, desse modo, não deveria orientar o agir delas no mundo. Em outras palavras, a efetividade da lei formaria pessoas não racistas, capazes de respeitar a crença/religião, a cultura do/a outro/a. Fortaleceria também as pessoas negras, na medida em que passariam a ter acesso a história do seu povo sem distorções.

» **Vilma Reis:** Enquanto houver racismo, não haverá democracia. Esse é o lema da Coalizão Negra por Direito, da qual a Mahin-Organização de Mulheres Negras faz parte aqui em Salvador. Somos do corpo operativo da Coalizão. Esse é o manifesto que temos lançado no Brasil e tem de ser tratado no patamar que citamos na resposta da pergunta anterior, ou seja, como questão de Estado

Muito se discute sobre o conceito de “lugar de fala” e a participação de pessoas brancas como aliados na luta antirracista. Por que lutar contra o preconceito racial não é uma luta de negro contra o branco, e sim uma luta por uma sociedade justa e igualitária?

» **Valdenice Raimundo:** O racismo é uma criação humana (dos humanos brancos) como uma estratégia de dominação e, mesmo com os avanços da ciên-

cia, dos direitos humanos e das lutas libertárias, sua manutenção ainda é uma realidade. Os brancos aliados precisam reconhecer a história de privilégios que essa construção lhes favoreceu. Não tem como ser aliado/a sem esse reconhecimento. Como disse Angela Davis [filósofa e militante pelos direitos da população negra nos Estados Unidos e no mundo], “não basta dizer que é contrário ao racismo, é preciso assumir postura antirracista”. Em outras palavras, comprometer-se com estratégias de enfrentamento e combate para “superação” do racismo. Se almejamos uma sociedade justa e igualitária, temos de fazer esse enfrentamento que demanda reconhecimento e comprometimento. A luta é de todos/as que almejam um mundo no qual todas as pessoas acessem os direitos à educação, à saúde, à moradia, ao lazer, ao esporte, à cultura e, sobretudo, o direito de ser quem é



Vilma Reis

» **Vilma Reis:** Li um texto do companheiro David Choquehuanca, vice-presidente da Bolívia, que é de origem indígena [aimará] e que tem uma fala muito conectada com a Pachamama, com o respeito à natureza e à pluralidade dos sujeitos. Acho que o lugar de fala é essa participação de pessoas brancas na luta, como aliados antirracistas e também nesse esforço coletivo de termos uma sociedade em que nenhum grupo seja sufocado. Muitas pessoas brancas no Brasil têm se lançado na luta antirracista, mas nós ainda temos um grande trabalho a ser feito, um trabalho que não é fácil porque há um negacionismo da escravidão, há um silenciamento sobre a possibilidade de nós termos voz e polifonia no deba-

te sobre a nação. Há dificuldade de compreender a necessidade de estarmos de pé para fazermos outro tipo de sociedade. Não é possível que as mulheres negras, o povo negro e os povos indígenas fiquem assistindo aos brancos de direita e aos brancos de esquerda dizerem qual será o projeto de nação. Isso nós não aceitamos. Então, isso é muito importante para buscarmos essa sociedade justa e igualitária.

Como cada cidadão, negro ou não, pode ser um agente transformador, um ativista contra o preconceito e o racismo encrustados em nossa sociedade?

» **Valdenice Raimundo:** Assumindo, com clareza, que o racismo deve ser erradicado das relações entre as pessoas e comprometer-se em contribuir para que isso aconteça.

» **Vilma Reis:** Toda luta que está em curso no Brasil é exatamente para viabilizarmos propostas emancipadoras, como têm feito os movimentos de mulheres negras na nossa pluralidade. Acho que é desse esforço político intenso que temos feito que surgirá a possibilidade de uma transformação política verdadeira.

Diante do que vivemos hoje, qual é a importância de movimentos como o Vidas Negras Importam, que discutem a violência institucionalizada contra a população negra no Brasil e no mundo?

» **Valdenice Raimundo:** Os movimentos cumprem papéis importantes: jogam luzes sobre aquilo que a sociedade tenta ocultar; convidam a sociedade para um processo reflexivo; denunciam as injustiças. É isso que o movimento Vidas Negras Importam tem feito. A morte dos jovens negros tem sido, historicamente, naturalizada, essa desnaturalização cabe aos movimentos.

» **Vilma Reis:** É importante dizer que, sem o movimento Vidas Negras Importam no contexto norte-americano e sem o fazer político das mulheres negras dentro e fora desse movimento, com certeza, nesse momento, o mundo não estaria com os

olhos voltados, mais uma vez, para os Estados Unidos e para ver a vitória de Joe Biden e de Kamala Harris [eleitos recentemente, respectivamente, presidente e vice-presidente dos EUA]. Acho importante, pelo fato histórico de Kamala Harris chegar à vice-presidência da República. Nós, que somos da esquerda negra feminista, não temos ilusões. Pensamos muito como Angela Davis expôs, com todas as cautelas necessárias, mas não vamos tirar a potência da presença de Kamala Harris no segundo posto mais poderoso do mundo. Além disso, o feito das mulheres negras nos Estados Unidos, no Brasil, na Colômbia, no México, na Bolívia e no Chile, nos mostra que é um momento de muita potência na região e que esses movimentos estão dizendo: “não é possível a sociedade seguir sem debater o racismo”. Para nós, não é possível. Estamos muito atentas a essa questão, o Movimento da Coalisão Negra por Direitos agrega mais de 150 organizações negras do país. Nós temos um vigor no campo das Comunidades Eclesiais de Base, onde está instalado o debate racial e de enfrentamento ao racismo, de enegrecer os lugares e de poder, dentro desse campo católico de luta progressista, de lutar por outra sociedade. A postura de Pe. Júlio Lancellotti e tudo o que aprendemos com Dom Pedro Casaldáliga, assim como com todos os expoentes da Igreja Católica, nos mostram que a sociedade brasileira não poderá se recolher.

Existe democracia sem igualdade social e racial?

» **Valdenice Raimundo:** Não, não existe!

» **Vilma Reis:** Não existe. O Brasil é uma sociedade extremamente injusta e nós precisamos aprofundar as questões de políticas de ações afirmativas com muita contundência.

Qual a importância de políticas afirmativas para repararmos as injustiças sociais em relação à população negra?

» **Valdenice Raimundo:** Reconhecer as injustiças provenientes do racismo é um passo. O outro passo é reparar essas

injustiças. Nesse sentido, as políticas afirmativas são extremamente importantes e necessárias.

» **Vilma Reis:** Precisamos enfrentar essa questão com muita coragem, aprofundando as políticas de ações afirmativas, enegrecendo o corpo docente das universidades, inclusive, as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), o sistema universitário católico no País. É necessário discutir políticas de ações afirmativas nesse ambiente.

O crescimento e o desenvolvimento econômicos do país passam, necessariamente, pelo combate à desigualdade social e ao racismo?

» **Valdenice Raimundo:** Entendo que não pode haver crescimento e desenvolvimento econômico sem que se considere o desenvolvimento social. Pensar igualdade numa sociedade capitalista já nos impõe uma situação complexa. O capitalismo, naturalmente, já produz desigualdades e tem o poder de aprofundar as demais. Combater a desigualdade social e o racismo nos coloca numa posição contrária à lógica de exploração e dominação do capital. Mas, pensando no contexto capitalista, é preciso garantir o acesso de negros/as ao mercado de trabalho, não em espaços subalternizados, mas em espaços de chefia. Para isso, as políticas econômicas precisam dialogar com as políticas sociais. Precisaríamos de um Estado comprometido com o/a trabalhador/a..

» **Vilma Reis:** Nesse caso, entra um debate para além das questões dos valores e dos costumes, precisamos debater as grandes questões de Estado sobre como vamos enfrentar o empobrecimento e a desigualdade no país. Somente fazemos isso num país como o Brasil, que sofreu os horrores da colonização, com mecanismos formais de alteração da realidade. E a institucionalidade precisa ir além das políticas de governo, precisamos ter políticas de Estado. Eu penso que a primeira vez que tivemos políticas de Estado foi com os governos Lula e Dilma, por meio da adoção de políticas de enfrentamento ao racismo e de igualdade racial, além de polí-



ticas de superação dos horrores do sexismo e da hegemonia do patriarcado, tarefa da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), que também tinha status de Ministério da República Brasileira.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), houve um aumento no número de autodeclarações de negros e pardos nas inscrições para os cargos eletivos para as eleições 2020. O reconhecer-se negro ainda é um peso para muita gente? Como avançar na autoconsciência de sua identidade cidadã?

» **Valdenice Raimundo:** Nós que temos lutado contra o racismo estamos experimentando um movimento bonito: ver a juventude negra assumindo seus cabelos, seus traços, sua negritude. Reconhecer-se negro/a numa sociedade que nos nega é difícil, mas muitos têm descoberto a força com que esse processo presenteia. Reconhecer-se negro, parafraseando Frantz Fanon [psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista francês da Martinica, de ascendência francesa e africana, influente pensador do século XX sobre os temas da descolonização e da psicopatologia da colonização], é retirar as máscaras brancas que nos foram sutilmente impostas. É um novo nascimento. Esse encontro com nossas raízes é um caminho sem volta, aqui, duas situações se colocam: não podemos retroceder e nasce uma necessidade de que outros/as experimentem desse encontro libertário.

» **Vilma Reis:** Esse aumento é fruto da nossa luta, de uma batalha emancipadora em nosso país para reverter as iniquidades violentas no campo da representação política. Nós forçamos o TSE a tomar, finalmente, uma postura

porque se arrastaram décadas numa leniência absoluta. O Movimento Negro e o Movimento das Mulheres Negras no Brasil fizeram com que chegássemos a esses desdobramentos em 2020. Por mais que tenhamos dificuldades, como as tentativas de fraudar o sistema de cota, e se tenta fraudar o tempo todo nos últimos 20 anos no Brasil, nós não recuamos e, hoje, podemos celebrar o enegrecimento do corpo discente das universidades brasileiras, principalmente, das universidades públicas federais e estaduais. Mas ainda temos muito trabalho a fazer em relação às cotas no ambiente dos partidos políticos. A partilha do fundo eleitoral não significa ainda uma mudança do tamanho que precisamos, nós estamos falando de uma fotografia do poder no Brasil. É muito grave! No contexto de quase 58 mil vereadores eleitos em 2016, nós só tivemos 7 mil mulheres e, ao considerar a população negra, a situação é muito mais complexa. Então, essa é uma questão pela qual devemos continuar com muita contundência.

As religiões, objetivamente são fomentadoras da paz. No entanto, tem se estabelecido o acirramento e os ataques entre religiões. Como re-encontrar o caminho do diálogo, da reconciliação e da justiça entre as religiões, em uma época marcada pelas fakes news disseminadoras de ódio e preconceitos?

» **Valdenice Raimundo:** Entendo que, aqui, se colocam dois grandes problemas:

1. A intolerância religiosa que se apresenta como uma segunda via, uma vez que não somos capazes de dialogar de forma respeitosa com quem crê diferente daquilo que professamos.
2. O uso de fake news (a desinformação) para aprofundar as diferenças.

Eu penso que o diálogo inter-religioso se apresenta como um caminho viável para que as religiões possam, juntas, lutar por um mundo melhor. Nesse caso, o respeito mútuo é um princípio fundamental.

» **Vilma Reis:** Essa é uma questão central para nós que somos lutadoras e lutadores pela liberdade e laicidade do Estado, além da pluralidade religiosa no interior da sociedade. É um debate contundente e importante para todos nós, é um centro de preocupação porque é, por esse caminho, que os fundamentalismos se agigantam para tentar silenciar contingentes gigantescos e que são depositários da nossa memória de resistência e de toda a tradição que se move na contemporaneidade.

As fake news estão relacionadas à agressão a nossa frágil democracia, que, para muitos segmentos da nossa sociedade, é apenas uma miragem ainda, principalmente, para as populações negras, os moradores das periferias das cidades, os quilombolas e os pequenos agricultores, que enfrentam a brutalidade do agronegócio, que avança sobre suas terras. Também estão relacionadas, nas cidades, a toda a agressão daqueles que tentam, a todo custo, perturbar a paz religiosa, o diálogo religioso nos bairros populares agredindo as comunidades de terreiro, tentando silenciar antigas tradições. Nós precisamos fazer o enfrentamento por liberdade e pelo direito das várias manifestações religiosas, que, para nós, é uma manifestação cultural e é nossa forma de vida. Eu sou uma mulher do candomblé, sou uma mulher iniciada e, para mim, esse é um debate muito importante no Brasil e para as minhas companheiras do Movimento de Mulheres Negras.

O uso das religiões para a promoção de ideologias na luta política tem marcado as disputas pelo poder. Como garantir a laicidade do Estado, contida na Constituição brasileira?

» **Valdenice Raimundo:** Garantir a laicidade do Estado é algo desafiador e extremamente necessário, principalmente, no atual contexto político. A garantia da laicidade está, intrinsecamente, ligada ao cumprimento da Constituição brasileira. É urgente que os poderes constituídos respeitem o que está posto na Carta Magna.

» **Vilma Reis:** Eu sou de uma geração que aprendeu, na luta política, que não podia ter uma interposição ou um

atrasamento entre as religiosidades e a liberdade política. Então, para nós, esse momento é muito difícil, por isso lutamos pela laicidade do Estado. O Estado pode arbitrar as regras das questões para a liberdade, mas não pode pender para um lado na escolha religiosa, isso complica bastante e compromete, sim, a Constituição brasileira.

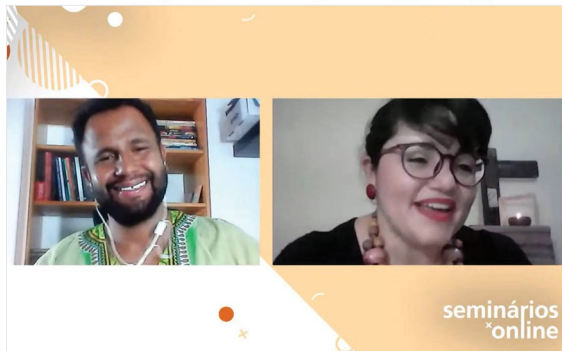
Há sinais de esperança em meio ao vendaval da pandemia e das crises econômica, política e religiosa no Brasil?

» **Valdenice Raimundo:** Como disse Dom Pedro Casaldágil, “quanto maiores forem as adversidades, maior precisa ser nossa esperança”. Há muitos sinais de esperança presentes na solidariedade de várias pessoas que se colocam em movimento para socorrer as que têm fome, dos médicos que arriscam suas vidas para cuidar dos enfermos... Há sinais!

» **Vilma Reis:** Sim, o que nos mantém, neste momento, é a esperança. É ficando ao lado dos explorados deste mundo, nos posicionando ao lado, no meio e por dentro da luta dos injustiçados. Nós aprendemos com Pedro Casaldágil que, se estivermos em dúvida, devemos ficar ao lado dos injustiçados, daqueles que nada têm, que são os empobrecidos. Esse é um debate político fundamental para todos e todas que acreditamos em um diálogo com a Igreja da saída, com a Igreja de Francisco, com a Igreja dessa liderança mundial, desse expoente de luta por liberdade, que é o Papa Francisco e de toda essa Igreja que se levantou a partir do Concílio Vaticano II, de 1960. Somos da parceria com as pastorais sociais, visto que boa parte da luta quilombola, da luta da pesca artesanal, das lutas urbanas, desde os cursinhos pré-vestibulares e os quilombos educacionais, temos feito junto com elas. Assim como todo o enfrentamento ao genocídio da juventude negra.

O sagrado que me move é Xangô, o sagrado que me move é o candomblé, porém podemos conviver, nesse ambiente, com a Igreja Católica, essa Igreja da saída, essa Igreja da transformação. Um viva nós, um viva à luta, um viva a toda revolução política em curso.

QUER SABER MAIS?



Reflexão sobre a presença de Jesus na democracia

O quarto encontro do Ciclo de Seminários Online do MAGIS Brasil incentivou centenas de jovens a refletirem sobre a temática *Discurso religioso e democracia*. Com a contribuição do ator, escritor e poeta Pastor Henrique Vieira, foi possível lançar um olhar sobre como renovar estruturas políticas e conservar a democracia, sem deixar de lado a presença transformadora de Jesus.

“Eu acredito que a perspectiva da libertação dos oprimidos é o caminho a ser percorrido para a gente continuar mergulhando em Jesus”.

Assista a transmissão completa:

» <https://youtu.be/JqfA-U31Tlg>



Projeto “Negritude e Branquitude: novos olhares”

A espiritualidade, o engajamento político e a construção de um diálogo inter-religioso e racial entrelaçam-se no projeto Negritude, Branquitude e Novos Olhares, desenvolvido pelo Centro de Promoção de Agentes

de Transformação (CEPAT) de Curitiba (PR). As ações, que se iniciaram em 2014, fazem parte do programa de formação político-cidadã da instituição. O projeto resultou na produção de três curtas-metragens apresentados em escolas, instituições de ensino superior, entidades sociais e grupos de lideranças comunitárias.

Confira os três eixos da série de filmes:

» <https://bit.ly/3jN2Ufc>



O respeito à pluralidade no diálogo inter-religioso

A fim de auxiliar no diálogo sobre a democracia e a cidadania no país, convidamos o rabino Rogério Cukierman, que integra a Congregação Israelita Paulista (CIP), para falar sobre as colaborações que as religiões podem estabelecer no exercício da cidadania e da diversidade de perspectivas entre as comunidades religiosas. O rabino também abordou o papel do judaísmo no contexto de exclusão e da pandemia do coronavírus.

Ouçã o podcast dessa edição do Em Companhia:

» <https://bit.ly/2HhoEfi>



Maior participação de leigas em instâncias de responsabilidade na Igreja

“As reivindicações dos legítimos direitos das mulheres, a partir da firme convicção de que homens e mulheres têm a mesma dignidade, colocam à Igreja questões profundas que a desafiam e não se podem iludir superficialmente”, afirma Papa Francisco, em sua encíclica *Evangelii gaudium*.

Em outubro, mês de conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e do câncer de colo do útero, o pontífice confiou à Igreja a intenção de oração para maior integração de leigos e leigas, a quem ele considera verdadeiros protagonistas do anúncio do Evangelho. O Santo Padre pediu especialmente que as mulheres participem e sejam incluídas nas “instâncias de responsabilidade na Igreja”.

Confira o vídeo e leia mais em:

» <https://bit.ly/2SGBrdg>



Política e Religião

Como a religião pode influenciar a nossa existência como cidadãos? Essa é a principal questão trabalhada por Pe.

Geraldo De Mori, reitor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em vídeo preparado para esta edição do Em Companhia.

Para assistir e refletir sobre a relação entre esses dois domínios da realidade humana, aponte a câmera do seu celular para o código QR:



Jornada Virtual pela Reforma do Sistema Político

Na perspectiva do Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (SARES), os direitos sociais estão, progressivamente, perdendo seu lugar na agenda do Estado brasileiro na atual conjuntura e diversas questões podem ameaçar a recente democracia brasileira com sérios retrocessos, violências e descasos. Nesse contexto, foi lançado o questionamento: afinal, por quais democracias lutamos?

Especialistas e militantes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil reuniram-se por meio da iniciativa nacional da plataforma dos movimentos sociais pela Reforma do Sistema Político, durante a Jornada Virtual pela Reforma do Sistema Político, em Manaus (AM), que refletiu um processo de articulação. Desde 2004, essa articulação atua para mudar a forma como o sistema político brasileiro está organizado institucionalmente, ampliando os horizontes, as possibilidades da experiência democrática e a participação política de diversas perspectivas, nas universidades, entre os povos indígenas, na educação básica, nas comunidades, na comunicação popular, entre as mulheres, entre os povos negros, na descolonização da Amazônia e na laicidade do estado brasileiro.

Acompanhe o resultado do evento e outras reflexões pela página do Facebook do SARES:

» <https://bit.ly/3mMukwU>



'Todos se beneficiam se os negros deixarem de ser mortos pela polícia'

Para o cientista social Márcio Macedo, um sistema realmente democrático no Brasil só será garantido, de maneira efetiva, com a sociedade engajada na luta antirracista. Em entrevista para a BBC News Brasil, Macedo observou que o acesso da população negra a direitos básicos, como saúde e educação de qualidade, deveria ser visto como uma pauta que beneficia a todos, e não apenas à comunidade negra. O mesmo ocorre com a diminuição da violência policial, diz.

O cientista também traça um panorama sobre a organização de movimentos negros no país e discorre sobre acontecimentos e figuras históricas no combate ao racismo

» <https://bbc.in/2HTngzd>



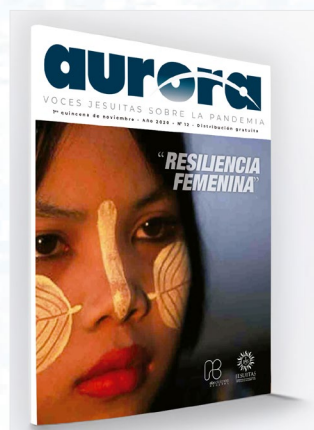
Cartilha “Ser Mais Amazônia nas Urnas”

Inspirados pela Campanha Ser Mais Amazônia 2020/21 e pensando em contribuir para que os jovens assumam o protagonismo em uma sociedade mais justa e fraterna, o Programa MAGIS Brasil lançou a cartilha **Ser Mais Amazônia nas Urnas**, um material para colaborar com as escolhas da juventude no processo eleitoral.

O propósito também é incentivar os jovens a terem os princípios da Ecologia Integral como horizonte no momento em que apoiarem determinados projetos políticos. O MAGIS acredita na importância e no poder de decisão da juventude nas urnas e considera o grupo essencial para a construção de uma nova cultura ecológica, que concilia proteção e justiça social, tendo como horizonte um futuro do bem comum.

Leia mais:

» <http://bit.ly/AmazonizarNasUrnas>



Revista Aurora nº 12: Resiliência Feminina

A Revista Aurora chega a sua 12ª edição com o intuito de tornar visível a situação, a resistência e a criatividade das mulheres para enfrentar os momentos difíceis que a pandemia de covid-19 tem imposto e intensificado.

“Somente colocando as mulheres no lugar de protagonistas, nós, homens e mulheres, seremos capazes de construir um mundo mais justo e igualitário”, disse Carmen de Los Ríos, Delegada da Missão para o Apostolado Social da Conferência dos Provinciais Jesuítas da América Latina e do Caribe (CPAL), que assina a carta de apresentação desta edição.

Confira a edição, em espanhol, pelo link:

» <https://bit.ly/2GpHrEF>



Pe. Roberto Jaramillo Bernal, SJ
Presidente da CPAL

O NOSSO É TÃO, OU MAIS, IMPORTANTE QUANTO O MEU

Quero partilhar com vocês uma grande notícia: as três redes educativas da Conferência dos Provinciais na América-Latina e Caribe (CPAL): Fé e Alegria, Associação de Universidades Confiadas à Companhia de Jesus na América Latina (AUSJAL) e Federação Latino-Americana de Colégios da Companhia de Jesus (FLACSI) trabalham, há 18 anos, em projetos conjuntos. Vocês sabiam disso?

Vocês dirão: “Bem, se fazem isso há 18 anos, onde está a novidade?”. A novidade está em vários níveis: primeiro é que, agora, vocês sabem, o corpo apostólico da Companhia na CPAL conhece os projetos nos quais, há 18 anos, os membros de Fé e Alegria, AUSJAL e FLACSI vêm se esforçando para garantir mais e melhor desempenho de sua missão. Em segundo lugar, a novidade é que, hoje, mais do que nunca, os projetos nos quais se tem concentrado esse esforço são essenciais: nunca foram tão necessários como na atual conjuntura mundial. Em terceiro lugar, a novidade é que essa aliança começa – como é absolutamente necessário – a transcender as fronteiras dos gestores dessas redes e tornar-se preocupação e desafio de todos e de cada um de seus membros: instituições e pessoas. A quarta novidade é que denominamos esse esforço comum: EduRed.

Não se trata de uma nova instituição, ou de outra instância de coordenação, nem mesmo de uma nova rede.

É uma aliança programática em torno de quatro desafios:

1. A promoção e a concretização do direito universal à educação de qualidade (DUEC), um direito humano básico e fundamental ao qual todos, homens e mulheres – sem qualquer distinção – devem ter acesso com garantias suficientes;

2. Inovação pedagógica Inaciana (INPI), exigência preeminente do nosso tempo – hipervirtualizado – em que o novo, às vezes, vence a batalha com o substancial;

3. O serviço da fé na nossa ação educativa (SERFE), missão principal da nossa presença como religiosos nessas tarefas;

4. A promoção do continuum educacional inaciano, favorecendo a que estudantes pobres de FLACSI e Fé e Alegria possam aceder ao ensino superior nas universidades AUSJAL.

Educar é uma dimensão essencial de todos os nossos ministérios; a experiência nesse campo é um dos maiores créditos sociais com que conta a Companhia de Jesus no mundo. Essa vantagem é dada não só pelo serviço que se presta em escolas, colégios e universidades, mas também pela capacidade criativa e inovadora que os jesuítas têm demonstrado ao longo dos séculos para oferecer às sociedades em que serviram – segundo os tempos, os lugares e pessoas – formas e instrumentos pedagógicos e conteúdos científicos e éticos capazes de provocar nos homens e nas mulheres respostas

humanizadoras concretas aos problemas que têm encontrado. A Ratio Studiorum mudou a face do mundo ocidental a partir do século XVI; hoje, não temos um desafio menor se quisermos ser fiéis ao nosso carisma e às urgências do nosso mundo.

Hoje, mais do que nunca, todos nós – o corpo apostólico que trabalha em AUSJAL, em FLACSI, em Fé e Alegria e todos os homens e mulheres comprometidos com as obras da Companhia de Jesus (trabalhando com refugiados ou com os centros sociais, em paróquias ou com vocações, em missões indígenas ou em rádios etc.) – somos chamados a nos unir, decididamente, ao desafio colocado pelo Papa ao promover o PACTO EDUCATIVO GLOBAL para devolver a esperança a este mundo ferido. Desde as mais diversas instituições e carismas, com diversos recursos e particulares desafios *glocais*, colaboremos para que a educação de qualidade seja um direito universal efetivo (desfrutado) para todos os seres humanos.

Durante o mês de novembro, os Superiores Maiores da CPAL se reuniram na 40ª Assembleia ordinária da Conferência e ali afirmaram o desejo de nos comprometer com o Pacto Educativo Global; e no dia 12 de dezembro, dia de Nossa Senhora de Guadalupe, todas as comunidades jesuítas e todas as obras da Companhia de Jesus da América Latina e do Caribe são convidadas a ASSINAR JUNTOS o pacto educativo como manifestação de efetivo compromisso com a educação de qualidade para todos os homens e as mulheres do nosso continente e do mundo.

VISITA ÀS COMUNIDADES DO RIO MIRITI

Como parte da proposta de acompanhar as comunidades indígenas, o Serviço Jesuíta Pan-amazônico (SJPAM) se propôs a apoiar a construção de uma maloca na comunidade indígena do povo Yucuna, de Puerto Lago, que fica às margens do Rio Miriti-Paraná, ao norte do Departamento de Amazonas-Colômbia. Para isso, o padre jesuíta Valério Sartor viajou até a comunidade para conhecê-la e ver, de perto, essa parte da Amazônia colombiana

Para o povo Yucuna, a maloca é um espaço sagrado onde acontece a vivên-

cia cultural por meio de rituais de bailes, cantos, curas e aprendizagem. Por causa disso, segue-se todo um estilo de construção, na sua forma arquitetônica, que leva em consideração o nascente e o poente do sol. Uma vez finalizada, acontece o ritual de inauguração, em que há muita comida e bebida típicas da região, com a presença das demais comunidades.

Aproveitando a visita e atendendo ao pedido de outras duas comunidades indígenas (Quebra Negra e Villa Nueva), Pe. Sartor celebrou missas e



realizou 22 batizados. Segundo relatos da comunidade local, há mais de quatro anos, a região não contava com a presença de um sacerdote.

ASSEMBLEIA DA CONFERÊNCIA ECLESIAL DA AMAZÔNIA

Durante os dias 26 e 27 de outubro, foi realizada, virtualmente, a primeira Assembleia da Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA), da qual participaram os padres Alfredo Ferro e Valério Sartor, do Serviço Jesuíta Pan-amazônico (SJPAM), juntamente com, aproximadamente, outras 250 pessoas. Como principais objetivos do encontro, é possível citar:

1 | Escuta interna como Igreja na Amazônia para continuar o caminho proposto na Assembleia do Sínodo para a Amazônia e o incentivo aos sentimentos de boas-vindas na nascente Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA);

2 | Convocação para encontrar, em redes de colaboração, formas concretas de implementar alguns dos compromissos prioritários e mais urgentes do

Sínodo (Documento Final e exortação apostólica *Querida Amazônia*)

3 | Acolhimento das diversas moções dos(as) integrantes da Igreja na Amazônia e dos representantes de seus povos e comunidades, para iniciar o processo de formulação de um Plano Pastoral Conjunto a ser acompanhado pela CEAMA, como expresso no Documento Final de Aparecida (2007), e como solicitou o Sínodo.

II PRÉ-FÓRUM JESUÍTA PAN-AMAZÔNICO

O II Pré-Fórum Jesuíta Pan-Amazônico foi celebrado virtualmente nos dias 30 e 31 de outubro. O evento estava previsto para acontecer no mês de março de 2020 em Mocoa (Colômbia), mas as circunstâncias obrigaram o adiamento, a

reformulação da proposta e a forma de realizá-lo.

Pessoas de diferentes países – jesuítas, religiosos(as) de outras congregações, leigos(as), indígenas, entre outros – reuniram-se para analisar e projetar a missão e o serviço da Companhia de Je-

sus na Amazônia, em benefício de seu território e de seus moradores. A participação de 55 pessoas, procedentes de 10 países, conseguiu gerar um espaço caracterizado pela proximidade, apesar da virtualidade, e pela escuta. ■

Fonte: Carta Mensal Pan-Amazônia (nº 76/Outubro 2020)

Acesse www.jesuitasbrasil.com/cartapanamazonia e leia a íntegra desta e de outras edições.

A vida é mistério de transcendência

Eis que a prisão obscura onde me encontro me convida:

A Amar
A Esperançar
A Sonhar

Eis que meus olhos enxergam no cotidiano vácuo,
A beleza de abrir a janela, e perceber que o cotidiano é
transcendência de mistérios tangíveis...

Eis que minha vida é mais do que aquilo que se vê,
Minha vida é felicidade de desassossego.

Eis que a vida é uma paz inquietante, uma hora ela
afrouxa, uma hora solta...

Quem me dera conhecer todos os mistérios que corroem
dentro de mim.

Eis que sou guiado por uma grande fome;
bendita seja a fome dentro de minh 'alma.
Não quero jamais que ela se acabe.

Perderia o gosto de sonhar
De esperançar
De amar
De buscar...

Eis que o homem é um ser inquietante,
Inquieta-te tanto que sua alma só vive na busca de algo
fora da materialidade.

Eis que o homem é uma realidade finita...
Mas eis que é Deus o princípio e fim do homem
É o absoluto de toda minha subjetividade...

Igor Cristiano Oliveira, SJ

